

Estudo do IDM mostra que a participação das mulheres em processos eleitorais decresceu

Maputo (Canalmoz) – Apesar dos esforços empreendidos para uma maior participação política das mulheres em Moçambique, os dados das últimas eleições autárquicas indicam que, no cômputo geral, houve um significativo retrocesso ao nível das Assembleias Autárquicas. De uma variação positiva de 37% no mandato 2009-2013, passou para uma variação negativa de 37,5% no mandato 2014-2018.

Segundo o Instituto para a Democracia Multipartidária, a análise dos resultados das eleições autárquicas mais recentes, que se realizaram no dia 10 de Outubro de 2018, mostra uma variação negativa de 37,5% do mandato anterior para 33,63%, correspondente a 454 mulheres eleitas e 896 homens eleitos. “Esta é uma situação preocupante e que chama a atenção para a necessidade de acções mais enérgicas a curto, médio e longo prazo. As alterações no xadrez de governação e da eleição dos representantes locais ajustou por negativo o espaço da mulher na arena política local”, constata o Instituto para a Democracia Multipartidária.

O Instituto para a Democracia Multipartidária diz que a eleição dos membros das Assembleias Provinciais, e a introdução da eleição dos governadores provinciais exige alguns ajustamentos dos sistemas e dos critérios de inclusão de mulheres, de modo a que elas tenham

oportunidade de serem eleitas, sob o risco de se manter a tendência de variação negativa e de se verificar a níveis mais preocupantes. “Pese embora os resultados pareçam estimulantes do ponto de vista da presidência dos Conselhos Autárquicos – pois registou-se um ligeiro aumento de mulheres na presidência, de cinco, no mandato anterior, para seis, no actual mandato – a realidade indica uma complexidade cada vez mais alarmante de espaço público para participação da mulher.”

O Instituto para a Democracia Multipartidária alerta para que acções mais arrojadas sejam tomadas de imediato para se reforçar a participação das mulheres, a destacar: capacidade de iniciativa das organizações não-governamentais na promoção do acesso à informação à mulher para a sua maior participação na política e governação, através de acções de capacitação e financiamento das Ligas Femininas. Trata-se de uma forma de elevar os níveis de negociação e pressão feminina para inclusão estratégica nas listas de candidatura; envolver as Direcções partidárias e governamentais nos processos de educação das mulheres. Uma acção estratégica deve ser encabeçada para garantir um maior compromisso político pela agenda de género para todo sistema político; o quadro legal (de diversos sectores)

deve admitir reformas que possibilitem maior participação das mulheres na política e na governação.

“Acções educativas familiares, sociais, políticas e económicas precisam de ser sensíveis às abordagens de género para que a mulher encontre espaço para expor e desenvolver as suas capacidades de acção colectiva.”

Tendo em conta o cenário nas eleições autárquicas, o Instituto para a Democracia Multipartidária alerta ainda para o risco de haver uma regressão acelerada da presença da mulher em posições de relevo na política, inclusive na Assembleia da República. E mais, se os partidos políticos não incorporarem critérios claros que garantam uma maior participação das mulheres num contexto de igualdade de oportunidade e de elegibilidade, o cenário poderá deteriorar-se fortemente.

O Instituto para a Democracia Multipartidária diz que existem alguns problemas que podem ser directamente indicados para os partidos políticos: a posição nas listas de candidatura, a experiência das autárquicas de 2018 mostra que, pese embora a presença de 1447 mulheres nas listas de candidatura, não existe uma proporcionalidade com a possibilidade de ser elegível. Devem ser empreendidas acções para que a presença das mulheres nas listas seja em posições

elegíveis. Para o caso das eleições locais de 2018, grande parte da exclusão das mulheres nos cargos elegíveis resultou das posições que ocupavam nas listas partidárias.

O Instituto para a Democracia Multipartidária considera ainda que a masculinização dos partidos políticos, mesmo com alguma tendência em haver consideração de aspectos relativos ao género, a masculinização da política caracteriza quase todos os partidos políticos moçambicanos, o que faz com que o espaço de participação da mulher seja

fortemente limitado. “Há, no subconsciente de funcionamento dos partidos políticos, uma espécie de violência e barreiras à participação efectiva da mulher. Acções efectivas podem ser desenvolvidas a curto e médio prazo para criação de estruturas de oportunidade, com vista à participação da mulher em posições de relevância nos partidos políticos.”

A terminar, o Instituto para a Democracia Multipartidária diz que as dinâmicas do presente ano eleitoral indicam que é de carácter

urgente a sensibilização para consideração de abordagens de género e reforço das capacidades das mulheres, numa primeira fase, nos partidos políticos. Por isso, o Instituto para a Democracia Multipartidária chama a atenção para que a monitoria e advocacia para a igualdade de oportunidades deve ser empreendida desde a negociação de composição das listas de candidaturas. “Por que não pensar, por exemplo, em ‘listas zebras’ em alternância de oportunidade de ser elegíveis?”, pergunta. **(Redacção)**